

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CASTANHEIRA DE PERA

RELATÓRIO E CONTAS 2018

**Estruturas Residenciais para Idosos (ERPI) • Centro de Dia •
Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) • Saúde e Reabilitação**

Há séculos a servir pessoas!



Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera

CONVOCATÓRIA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

José Mário Antão Rodrigues, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera e para os efeitos do determinado no Artº 22º nº 2, alínea b) do Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera, convoca a reunião da ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA com a seguinte finalidade e ordem de trabalhos:

PONTO UM : APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS DE GERÊNCIA DO EXERCÍCIO DO ANO 2018.

PONTO DOIS: OUTROS ASSUNTOS.

A reunião terá lugar no dia **29 de Março de 2019, pelas 17 Horas**, na sede da Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera " Lar de Idosos ".

Nos termos do Artº 24º, nº 1, do Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera, a Assembleia Geral Ordinária reunirá à hora marcada nesta convocatória, se estiver presente mais de metade dos Associados com direito a voto, ou trinta minutos depois, com qualquer número de presenças.

Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera, 13 de Março de 2019.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

(José Mário Antão Rodrigues)



Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera

Handwritten signature and initials in blue ink.

Listagem de Abreviaturas e Siglas

- AFT** - Ativos Fixos Tangíveis;
- BADF** - Bases para a apresentação das Demonstrações Financeiras;
- C.L.A.S.** - Conselho Local Ação Social (Rede Social);
- C.P.C.J** - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Concelho de Cast^a de Pera;
- C.M.S.** - Conselho Municipal de Segurança;
- CMVMC** - Custo das Mercadorias Vendida e Matérias Consumidos;
- EOEP** - Estado e Outras Entidades Públicas;
- ERPI'S** - Estruturas Residenciais para Idosos;
- FCT**- Fundo Compensação do Trabalho;
- IASB** - International Accounting Standards Board;
- IEFP** - Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P.;
- ISS** - Instituto da Segurança Social, I.P.;
- IVA** - Imposto sobre o Valor Acrescentado;
- IRC** - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas;
- MDF** - Modelos de Demonstrações Financeiras;
- NCRF - ESNL** - Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo;
- NI** - Normas Interpretativas;
- POISE**- Programa Operacional Inclusão Social e Emprego;
- POAPMC** - Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas;
- R.S.I.** - Rendimento Social de Inserção;
- SAD** - Serviço de Apoio Domiciliário;
- SMN** - Salário Mínimo Nacional;
- SNC** - Sistema de Normalização Contabilístico

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

EXERCÍCIO 2018

INTRODUÇÃO

Nos termos legais e estatutários e dando cumprimento ao estabelecido no compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera, a Mesa Administrativa coloca à apreciação e votação dos Irmãos o Relatório de Atividades e Contas do Exercício 2018.

O presente documento sistematiza as diversas propostas definidas em Plano de Ação, assim como o seu índice de execução e os resultados financeiros atingidos. Pretende constituir-se como um documento de análise e avaliação das ações desenvolvidas ao longo do ano, reportando a atividade, desempenho e evolução da Instituição.

O progressivo envelhecimento demográfico é um processo natural e irreversível, decorrente do desenvolvimento socioeconómico, da própria ciência, e da tecnologia, sendo um fenómeno da sociedade atual. Considerado um fenómeno biológico, psicológico e social, o aumento da esperança de vida e consequentemente da longevidade, nem sempre é acompanhado por cuidados adequados e suporte emocional que permita corresponder a um nível de bem-estar e condições que permitam que os mais velhos tenham uma vida de acordo com a plenitude das suas necessidades.

Desde sempre a Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera tem procurado oferecer um serviço de qualidade aliado a novos conceitos de gestão, de forma a rentabilizar todas as potencialidades e proporcionar condições que contribuam para o aumento do bem-estar e satisfação de necessidades de todos os seus utentes/clientes/utilizadores, ao nível da otimização e compensação das suas funções cognitivas, da promoção da saúde e prevenção de incapacidades, da promoção do desenvolvimento afetivo, do seu envolvimento e participação social e do apoio das suas atividades da vida diária.

2018 foi à semelhança dos anos transatos um ano de continuidade de desenvolvimento das Respostas Sociais existentes, de ações de apoio à comunidade e de abertura a novos projetos, sempre com o propósito de aumentar a qualidade do apoio à população abrangida pela Instituição, perante expectativas e manifestações sentidas e o objetivo de cumprimento da Missão e dos Valores instituídos.

O presente relatório demonstra de forma sucinta, mas clara e transparente, a ação desta Instituição no ano de 2018, sendo demonstrativa a forma como o enfoque é o Ser Humano, o aumento da sua qualidade de vida e a boa gestão no aproveitamento de recursos e oportunidades.

ATIVIDADE

A Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera desenvolve a sua Missão com a colaboração de 61 funcionários e 18 voluntários (órgãos sociais), que diariamente se empenham e cumprem com dedicação e profissionalismo as diferentes funções que lhes estão adstritas.

A Organização das Nações Unidas, no seu plano Internacional sobre o Envelhecimento “defende que os cuidados prestados aos idosos devem ser mais vastos que os necessários ao tratamento de doenças, considerando fatores físicos, mentais, sociais, espirituais e ambientais, que condicionam o bem-estar total do Individuo”.

Nesta perspetiva a Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera tem desenvolvido todos os esforços no sentido de que todas as suas Respostas Sociais sigam e defendam estes valores, sendo desenvolvidas ações e/ou iniciativas sociais que promovam o bem-estar e a qualidade de vida, no cumprimento das necessidades sentidas e diagnosticadas na comunidade e naqueles que nos procuram.

Para a população idosa desenvolve a sua atividade através de duas Estruturas Residenciais para Idosos (ERPI'S), uma para 18 e outra para 45 clientes, um Centro de Dia para 11 utilizadores e um Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) para 30 pessoas.

Estrutura Residencial Para Idosos

Resposta Social que se constitui num equipamento destinado a alojamento coletivo, destinada a pessoas com idade superior a 65 anos ou em situação de risco e de perda de autonomia e/ou independência, que proporciona a promoção da qualidade de vida, a estabilização ou retardamento do processo de envelhecimento, a interação com a família e/ou comunidade, a promoção da autoestima e a satisfação das necessidades básicas do dia-a-dia, ao nível da higiene pessoal, alimentação, tratamento de roupa, cuidados de saúde (médicos, de enfermagem e fisioterapia), apoio psicossocial, cuidados do conforto dos espaços físicos e promoção de atividades lúdicas e de lazer. O acordo de cooperação estabelecido com a Segurança Social é para 45 idosos, ao longo do ano de 2018 a Resposta Social esteve sempre com a capacidade totalmente preenchida e com uma procura constante de vagas, existindo, no final do ano, cerca de 120 idosos em lista de espera.

Centro de dia

Consiste num equipamento social destinado a pessoas de ambos os sexos, que proporciona, em horário diurno, a prestação de serviços diversificados, alimentação, tratamento de roupa, cuidados de saúde, atividades de animação, transporte, apoio psicossocial e higiene pessoal e cuidados de imagem.

Handwritten signature and initials in blue ink.

Esta Resposta tem capacidade para 30 pessoas, mas o acordo de cooperação em 2018, foi de apenas 11 utentes, ao longo do ano quase sempre preenchido e em alguns meses ultrapassando o número estabelecido em acordo.

Serviço de Apoio Domiciliário

O Serviço de Apoio Domiciliário inclui a prestação de cuidados, no domicílio dos próprios beneficiários, colmatando situações em que não possam assegurar a satisfação das atividades da sua vida diária.

Os serviços prestados incluem o fornecimento de alimentação (almoço e jantar todos os dias da semana), tratamento de roupa, higiene habitacional, acompanhamento ao exterior, atividades de animação e serviço de enfermagem.

Em 2018 e existindo acordo de cooperação, com a Segurança Social, para 30 utentes, a frequência média mensal, ultrapassou o número em acordo.

Cantina Social

Continuámos a dispor de uma Cantina Social, constituindo-se como uma resposta de intervenção, com o objetivo de suprir as necessidades alimentares de indivíduos sinalizados como social e economicamente desfavorecidos, fornecendo diária e gratuitamente as duas principais refeições.

O número de refeições protocoladas diariamente foi de 8, sendo que é fruto de casos graves de carência que nos foram apresentados pela Segurança Social, ultrapassámos esse número diário e conseqüentemente o número mensal de refeições, sendo o custo totalmente suportado pela Instituição.

Clinica de Fisioterapia e Reabilitação

Sendo Castanheira de Pera um concelho com grandes carências ao nível da saúde, principalmente em cuidados especializados, a Santa Casa continuou a desenvolver esses mesmos cuidados na sua Clínica de Fisioterapia e Reabilitação.

Como Instituição dinâmica, de cariz e apoio social, que somos, procuramos estar atentos à possibilidade de nos envolvermos nos mais diversos projetos, em parceria com outras entidades, numa ação concertada e ajustada e não feita de forma individualista e isolada.

Por outro lado, e embora tenhamos protocolos assinados com diversas entidades ou organismos, procuramos dar resposta a todas as solicitações ou situações que nos sejam sinalizadas, mesmo sem formalização de parcerias, desde que se enquadrem na nossa área de atuação.

FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS NO PERÍODO/EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE

O Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas consiste num instrumento de combate à pobreza e à exclusão social em Portugal, através de uma intervenção de apoio alimentar e outros bens de consumo básico, assim como no desenvolvimento de medidas de acompanhamento que capacitem as pessoas mais carenciadas a vários níveis, promovendo assim a sua inclusão.

O Programa visa, com a sua atividade, diminuir as situações de vulnerabilidade que colocam em risco a integração das pessoas e dos agregados familiares mais frágeis, reforçando as respostas das políticas públicas existentes.

O Programa abrange 41 pessoas/beneficiários do concelho, tendo, no decorrer do ano de 2018 e fruto da constante avaliação das situações e dos critérios a adotar, sido alterados os beneficiários, por forma a abranger e colmatar novas situações de carência que foram sendo sinalizadas.

Após elaboração de candidatura ao Programa Operacional Inclusão Social e Emprego, operação Capacitação para a Inclusão, vimos aprovados 4 cursos, para 60 formandos, no total de 1100 horas de formação.

O público-alvo e sendo uma ação na economia social, como promotora do desenvolvimento social integrado, permite a operacionalização de formação pessoal, social e profissional, visando a criação de novas oportunidades e criação de novos conhecimentos e ferramentas, a um público particularmente vulnerável, com vista à sua reinserção socioprofissional.

Em 2018 realizou-se apenas um dos cursos aprovados, na área da formação da Geriatria, para 16 formandos, no total de 275 horas.

Fruto da aprovação da Candidatura ao B.P.I. Sénior, procedemos à aquisição da carrinha, devidamente adaptada e equipada para a prestação de cuidados de saúde ao domicílio, nomeadamente consultas médicas, sessões de tratamentos de fisioterapia e cuidados de enfermagem.

Consiste em uma unidade móvel de saúde com o objetivo de aproximar a população do concelho de Castanheira de Pera a um apoio clínico especializado e melhorar e reforçar os serviços prestados aos beneficiários da Resposta Social de Serviço de Apoio Domiciliário.

Todo o trabalho é realizado para e com o ser humano, sempre com a convicção de um trabalho consciente e que vise combater as necessidades sentidas e melhorar o bem-estar de todos os envolvidos e dos que nos procuram.

Na área da terceira idade, ocorreu um crescimento da procura e conseqüente aumento da taxa de ocupação no serviço de SAD, verificando-se uma procura superior às vagas participadas.

Continuámos também a ser reconhecidos pelo I.F.A.P., como entidade beneficiária de produtos a retirar, que nos permitiram receber, gratuitamente, géneros alimentares, nomeadamente produtos secos, frutas e legumes.

FATORES DE RISCO

Apesar de se propagar um ambiente social de algum otimismo, as assimetrias agravaram-se, o interior tende cada vez mais a ser esquecido, isolado e envelhecido.

Os problemas sociais refletem-se nas famílias, na sua situação financeira e consequentemente nas mensalidades que lhe são atribuídas através de uma proporcionalidade estabelecida pela Segurança Social. Neste cenário continuam a existir incumprimentos e/ou atrasos no pagamento das mensalidades por parte dos nossos clientes ou seus responsáveis, servindo, em muitos casos, as pensões de reforma, como meio de sustento aos filhos ou responsáveis. Acresce ao descrito um agravamento das carências e dependências dos nossos utentes, assim como o aumento das exigências por parte dos seus familiares.

Os apoios públicos, neste caso as participações financeiras da Segurança Social, são uma das principais fontes de recursos financeiros da Instituição, sendo que as atualizações anuais estão longe de acompanhar o agravamento de gastos.

Fruto da própria legislação e da vontade de melhorar e concretizar as atividades com o maior profissionalismo, a Instituição tem recrutado colaboradores especialistas em várias áreas de intervenção, contratação esta que implica agravamento de custos e maior despesa para a Instituição.

Assim, face ao enquadramento descrito, continua a ser intenção da Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera, a procura e tentativa de minimização dos impactos negativos das referidas condicionantes, procurando criar condições para a melhoria do bem-estar de todos e a sustentabilidade da própria instituição.

"... a sustentabilidade financeira a prazo e até mesmo a sobrevivência de muitas das IPSS passa em larga medida por estas serem capazes de encontrarem a combinação de estratégias de redução de custos e de aumento das receitas próprias que lhes permita atingir o equilíbrio económico-financeiro num quadro de quebra das transferências públicas."

Estudo "As Instituições Particulares de Solidariedade Social num contexto de crise económica", promovido pela Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), com o patrocínio da Fundação Millenium BCP

INVESTIMENTOS

O ano 2018 foi pautado, mais uma vez, por uma gestão cuidadosa e prudente, o investimento efetuado foi somente o estritamente necessário para o bom e normal funcionamento das respostas sociais.

Com o intuito de melhorar e diversificar a qualidade dos serviços prestados aos nossos clientes e à população local, a Instituição investiu na aquisição e renovação de algum equipamento básico.

O referido traduz-se nos seguintes valores:

- Equipamento médico e de reabilitação – 1.282,25 € (afeto à clínica de fisioterapia e reabilitação);
- Substituição de equipamento de cozinha – 590,84 € (afeto a todas as respostas sociais);

- Equipamento para a lavandaria – 1.039,20 € (financiamento Fundação Calouste Gulbenkian);
- Equipamento transporte – 46.852,00 € (financiamento BPI – 1º prémio nas candidaturas ao “BPI Sénior 2017”);

SITUAÇÃO FINANCERA E RESULTADOS

O resultado apurado no exercício é negativo, no montante de 73.544,09€.

As depreciações efetuadas atingiram o valor de 77.087,89 €.

Não existem dívidas em mora à segurança social nem às finanças.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se a transferência do resultado líquido do exercício (-73.544,09 €) para a conta de Resultados Transitados.

RECURSOS HUMANOS

O conhecimento do “capital humano” deverá ser um instrumento de gestão, fornecendo um conjunto de indicadores, que servirão de apoio à tomada de decisão e onde através da melhoria dos recursos existentes se poderá planear eficientemente.

“É quase exclusivamente no fator humano que reside o valor acrescentado da prestação de serviços aos utilizadores/clientes externos.” (Azevedo, Franco & Meneses, 2010)

A regulamentação específica de cada resposta social estabelece normas ao nível da composição do quadro de pessoal e da formação profissional dos colaboradores. O quadro seguinte divulga informações acerca da evolução dos recursos humanos ao serviço da Instituição durante o ano 2018:

Funcionários	Em 31/12/2017	Em 31/12/2018
Do Quadro	59	55
Contratados	2	6
Cont. Emp. Inserção/Estág.Inserção	1	4
Estágio Profissional	0	4
Voluntariado	18	18
Total	80	87
Prestadores Serviços	3	4

A variação do número de funcionários é consequência da rotatividade do pessoal e das inúmeras baixas durante o ano 2018. Neste contexto e tendo em vista a obtenção do benefício pecuniário respetivo, foi mantido o critério de contratação de pessoal através do recurso ao IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional).

O agravamento nos gastos com o pessoal é originado, essencialmente, pelas atualizações salariais que decorreram da correta aplicação da lei (aumento do salário, aumento da taxa de segurança social e progressões nas carreiras de alguns funcionários).

De referir ainda que, na previsão de férias e subsídio de férias de 2018 a pagar em 2019, teve-se em conta as alterações salariais já ocorridas em 2019 (atualização SMN e progressões nas carreiras dos funcionários).

A formação contínua dos trabalhadores, enquanto instrumento para a valorização e atualização profissional e para a melhoria da qualidade dos serviços prestados, é uma preocupação constante da Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera. As imposições legais alinhadas à necessidade da Instituição dotar os seus profissionais de competências específicas e diferenciadoras, levaram a preocupações redobradas com os seus colaboradores e com as ações de formação a desenvolver. Assim, para garantir uma aprendizagem contínua e eficaz, visando dar resposta a necessidades sentidas, foram levadas a cabo ações de formação interna, em parceria com a empresa Turisforma, Formação e Consultadoria, no âmbito dos primeiros socorros e dos cuidados ao idoso, "Formação de Necessidades Básicas Humanas", abrangendo um total de 23 colaboradores da Santa Casa.

Relativamente a prestadores de serviços, aos já existentes, médico de clínica geral, médico fisiatra e Revisora Oficial de Contas, acrescentamos vínculo contratual com uma nutricionista.

VIATURAS

O parque automóvel da nossa Instituição é composto pelas seguintes viaturas:

VEÍCULO	ANTIGUIDADE	KMS	AFETAÇÃO
Renault Kangoo 43-TD-16	1	5.600	ERPI'S
Mercedes Benz 208 D 65-49-IJ	18	216.000	Centro de Dia
Opel Combo Cargo 81-GS-73	10	111.344	S. Apoio Domiciliário
Opel Combo Cargo 81-GS-74	10	67.683	ERPI S. Domingos
Opel Combo Cargo 81-GS-75	10	25.400	Todas as Resp. Sociais
Renault Kangoo 31-OC-95	5	63.685	S. Apoio Domiciliário
Renault Master 31-OJ-59	5	51.926	ERPI'S e Centro de Dia
Renault 97-NM-69	5	8.750	ERPI'S
Renault Master 69-UT-91	0	380	Clínica de Fisiot. Reabil.

PARCERIAS

Qualquer instituição que não comunique, que não divulgue as suas ações, que não se relacione com o seu público e entidades congêneres está dotada ao fracasso e não conseguirá, por si só, desenvolver e concretizar aquilo a que se propõe, nem se impor enquanto entidade credível.

O trabalho em parceria com outras entidades é impulsionador na articulação do trabalho dos profissionais e na maximização do uso dos recursos, fator fundamental para a obtenção de melhores resultados e maior satisfação do público a abranger.

Neste pressuposto a Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera procura estabelecer parcerias para realizar um trabalho articulado, devidamente integrado no meio e com o menor dispêndio de recursos possível, respondendo às necessidades sentidas.

Assim, em 2018, a Santa Casa viu estabelecidas parcerias com as seguintes entidades e organismos:

Instituto da Segurança Social, I.P. - Centro Distrital de Leiria;

Município de Castanheira de Pera;

Instituto de Emprego e Formação Profissional, IP;

Centro de Saúde de Castanheira de Pera;

União de Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral;

C.L.A.S. - Conselho Local Ação Social (Rede Social);

C.P.C.J – Comissão Proteção Crianças e Jovens do Concelho de Cast^a de Pera;

R.S.I. – Rendimento Social de Inserção;

C.M.S. – Conselho Municipal de Segurança;

Centro Paroquial de Solidariedade Social de Castanheira de Pera;

Intervenção Precoce;

Escola Tecnológica e Profissional de Sicó;

Gesaúde;

CERCICAPER;

Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos;

Profiforma;

Escola Tecnológica e Profissional da Zona do Pinhal;

Turiforma, Formação e Consultadoria.

PERSPECTIVAS

Pretendemos ser um modelo de excelência, sustentado na inovação, contribuindo para o desenvolvimento económico-social da comunidade, perspetivando continuar a realizar um trabalho de qualidade, assente na determinação e perseverança, sempre com o objetivo da valorização do idoso e dos mais necessitados.

Continuaremos a procurar melhorar as condições físicas dos nossos equipamentos, bem como a qualidade das condições de trabalho dos nossos profissionais, que, diretamente se refletirão na melhoria dos serviços prestados aos nossos clientes e no bom ambiente profissional e institucional.

Dada a aprovação da candidatura ao B.P.I Sénior, para uma unidade móvel de saúde, iremos prestar cuidados clínicos, de fisioterapia, consultas médicas de clinica geral e fisioterapia e análises clínicas, à população do concelho, no seu domicílio ou na própria carrinha, mas junto à sua própria residência.

A criação de um Centro de Noite e dada já a existência de projeto de arquitetura, continuará a ser uma ambição, na esperança que torne realidade e possamos colocar à disposição da população castanheirense mais uma Resposta Social, que permitirá manter os idosos no seu domicílio durante o dia e à noite, período de maior receio e solidão, terem um espaço de abrigo, acompanhamento, transporte e fornecimento de refeições, jantar e pequeno-almoço.

Cabe-nos então, apesar dos resultados negativos, fomentar a esperança, apelar à responsabilidade social das empresas e unir esforços para a realização de atividades de captação de recursos e angariação de fundos.

CONCLUSÃO e AGRADECIMENTOS

A Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera, durante o ano de 2018, pautou a sua atividade pelo cumprimento, quase integral, do Plano de Atividades aprovado para o referido ano.

O presente relatório de atividades do exercício dá cumprimento às disposições legais e estatutárias, relata os principais acontecimentos ocorridos no exercício de 2018, e tem como objetivo caracterizar tudo o que foi promovido e desenvolvido em prol da melhoria das condições e qualidade de vida dos seus utentes/clientes.

Como é possível constatar e de forma muito sucinta, a Instituição pautou a sua ação pela continuidade da dinamização das Respostas Sociais, pela reflexão em novas Respostas de forma a fazer face a novas problemáticas, pela melhoria da qualidade dos serviços prestados e pela formação contínua dos seus colaboradores.

A Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera, reconhece e agradece a todos os que colaboraram, direta ou indiretamente, na construção e desenvolvimento das diversas atividades, pois só com o empenho e motivação de todos é possível concretizar o planeado e engrandecer, cada vez mais, a nossa Instituição.

Aos funcionários/colaboradores, o nosso agradecimento pelo trabalho realizado, pela dedicação, pelo esforço, empenho e disponibilidade, sendo de realçar que é deles que depende em grande parte, o sucesso da Instituição.

Aos nossos clientes/utentes e suas famílias o nosso obrigado pelos contributos e apoio e por fazerem parte da "grande família Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera".

Obrigado a todos e o nosso bem-haja!

Castanheira de Pera, 8 de Março de 2019

A Mesa Administrativa,



The stamp is circular with the text "SANTA CASA DA MISERICORDIA DE CASTANHEIRA DE PERA" around the perimeter. Inside the stamp, there is a central emblem and the text "NIPC/504 83-140". A date "2019-03-08" is stamped over the emblem. There are several handwritten signatures in blue ink over the stamp, including one that appears to be "P. de" and another that is more complex. A diagonal line is drawn across the stamp from the top left.

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE CASTANHEIRA DE PERA
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte: 501163140
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2018	31 DEZ 2017
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	2.070.832,64	2.098.182,01
Bens do património histórico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis	5	0,00	0,00
Investimentos financeiros	12.1, 12.12	43.558,08	44.811,48
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes	3.2.1.4	0,00	0,00
Propriedades de investimento	3.2.1.4	0,00	0,00
		2.114.390,72	2.142.993,49
Activo corrente			
Inventários	7	10.426,88	11.282,99
Créditos a receber	12.2	31.135,45	28.470,27
Estado e outros entes públicos	12.8	2.817,36	3.278,23
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos	12.4	6.508,32	7.131,12
Outros ativos correntes	12.3	137.126,17	13.259,36
Caixa e depósitos bancários	12.5	42.991,69	145.244,12
		231.005,87	208.666,09
Total do ativo		2.345.396,59	2.351.659,58
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	12.6	650.077,38	650.077,38
Excedentes técnicos	12.6	0,00	0,00
Reservas	12.6	0,00	0,00
Resultados transitados	12.6	412.774,23	420.628,20
Excedentes de revalorização	12.6	689.349,50	708.769,50
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	12.6	205.131,16	226.681,13
		1.957.332,27	2.006.156,21
Resultado líquido do período		-73.544,09	-27.273,97
Total dos fundos patrimoniais		1.883.788,18	1.978.882,24
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	6	116.478,65	137.153,80
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		116.478,65	137.153,80
Passivo corrente			
Fornecedores	12.7	64.940,98	54.446,35
Estado e outros entes públicos	12.8	31.003,04	28.590,05
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	6	20.686,20	20.780,69
Diferimentos	12.4	108.702,50	5.049,82
Outros passivos correntes	12.9	119.797,04	126.756,63
		345.129,76	235.623,54
Total do passivo		461.608,41	372.777,34
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2.345.396,59	2.351.659,58

A Mesa Administrativa

Contabilista Certificado

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE CASTANHEIRA DE PERA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

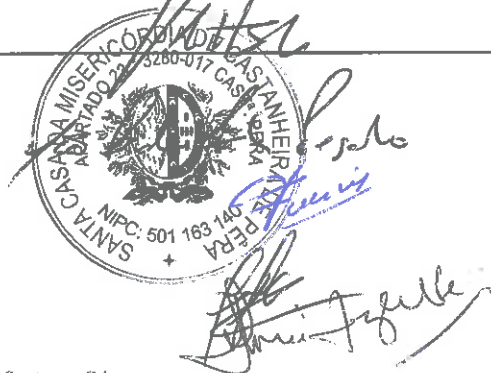
Contribuinte : 501163140

Moeda : EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	8	615.147,78	574.557,71
Subsídios, doações e legados à exploração	9, 12.10	476.025,88	492.408,82
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	10	47.422,32	47.421,79
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	181.979,35	176.262,36
Fornecimentos e serviços externos	12.11	189.111,74	160.485,48
Gastos com o pessoal	10	811.693,35	768.951,46
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.2	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	12.12	297,94	-3.254,10
Outros rendimentos	12.13	59.339,90	57.556,20
Outros gastos	12.14	10.649,32	14.909,26
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		4.204,18	54.590,06
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	77.087,89	80.056,14
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-72.883,71	-25.466,08
Juros e rendimentos similares obtidos	12.15	795,20	111,20
Juros e gastos similares suportados	6, 12.15	1.455,58	1.919,09
Resultados antes de impostos		-73.544,09	-27.273,97
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-73.544,09	-27.273,97

Mesa Administrativa

Contabilista Certificado



Handwritten signature of the Certified Accountant.

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE CASTANHEIRA DE PERA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte: 501163140

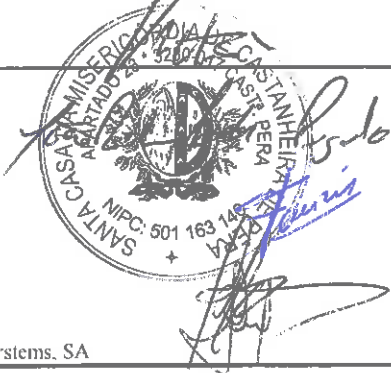
Moeda: EUROS

VALÊNCIA: 900401 - ERPI S. José

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	8	287.037,76	269.106,60
Subsídios, doações e legados à exploração	9, 12.10	229.157,94	263.559,60
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	10	20.336,26	19.970,64
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	90.852,26	86.658,08
Fornecimentos e serviços externos	12.11	85.684,44	84.487,87
Gastos com o pessoal	10	352.330,85	340.244,90
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.2	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	12.12	297,94	-3.254,10
Outros rendimentos	12.13	38.171,49	37.882,81
Outros gastos	12.14	3.634,21	11.168,76
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		41.903,75	71.214,14
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	49.002,52	52.185,71
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-7.098,77	19.028,43
Juros e rendimentos similares obtidos	12.15	795,20	111,20
Juros e gastos similares suportados	6, 12.15	254,72	626,22
Resultados antes de impostos		-6.558,29	18.513,41
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-6.558,29	18.513,41

Mesa Administrativa

Contabilista Certificado



[Handwritten signature]

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE CASTANHEIRA DE PERA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte: 501163140

Moeda: EUROS

VALÊNCIA: 900402 - Centro de Dia

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	8	29.966,68	34.536,58
Subsídios, doações e legados à exploração	9, 12.10	14.845,05	17.427,64
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	10	2.307,93	2.854,38
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	12.584,63	11.195,29
Fornecimentos e serviços externos	12.11	7.735,39	6.246,61
Gastos com o pessoal	10	43.598,97	48.348,88
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.2	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	12.12	0,00	0,00
Outros rendimentos	12.13	1.231,15	487,75
Outros gastos	12.14	38,09	67,42
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-15.606,27	-10.551,85
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	151,63	151,63
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-15.757,90	-10.703,48
Juros e rendimentos similares obtidos	12.15	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	6, 12.15	0,00	0,00
Resultados antes de impostos		-15.757,90	-10.703,48
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-15.757,90	-10.703,48

Mesa Administrativa



Contabilista Certificado

[Handwritten signature]

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE CASTANHEIRA DE PERA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte: 501163140

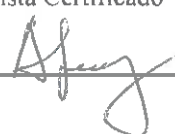
Moeda: EUROS

VALÊNCIA: 900403 - Serv. Apoio Domiciliário

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	8	94.781,08	79.971,21
Subsídios, doações e legados à exploração	9, 12.10	94.176,85	95.424,16
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	10	7.330,21	6.936,17
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	35.842,83	33.799,30
Fornecimentos e serviços externos	12.11	23.116,79	17.422,73
Gastos com o pessoal	10	121.308,88	113.503,56
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.2	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	12.12	0,00	0,00
Outros rendimentos	12.13	10.593,46	9.623,11
Outros gastos	12.14	90,59	1.412,53
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		26.522,51	25.816,53
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	6.850,95	6.850,95
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		19.671,56	18.965,58
Juros e rendimentos similares obtidos	12.15	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	6, 12.15	0,00	0,00
Resultados antes de impostos		19.671,56	18.965,58
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		19.671,56	18.965,58

Mesa Diretiva Administrativa
 NIPC: 501163140


Contabilista Certificado



SANTA CASA DA MISERICORDIA DE CASTANHEIRA DE PERA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte: 501163140

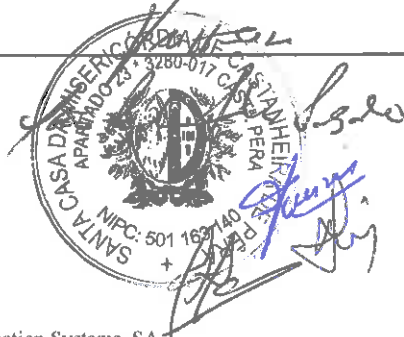
Moeda: EUROS

VALÊNCIA: 900405 - ERPI S.Domingos

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	8	185.895,46	177.250,22
Subsídios, doações e legados à exploração	9, 12.10	103.532,32	106.347,42
Variação nos inventários da produção	.	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	10	15.947,22	16.127,98
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	38.848,04	37.957,79
Fornecimentos e serviços externos	12.11	44.656,40	40.428,48
Gastos com o pessoal	10	263.015,63	242.865,26
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.2	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	12.12	0,00	0,00
Outros rendimentos	12.13	7.178,00	7.396,73
Outros gastos	12.14	342,30	760,55
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-34.309,37	-14.889,73
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	15.956,03	15.954,71
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-50.265,40	-30.844,44
Juros e rendimentos similares obtidos	12.15	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	6, 12.15	1.200,86	1.292,87
Resultados antes de impostos		-51.466,26	-32.137,31
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-51.466,26	-32.137,31

Mesa Administrativa

Contabilista Certificado



[Handwritten signature]

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE CASTANHEIRA DE PERA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte: 501163140

Moeda: EUROS

VALÊNCIA: 900407 - Centro de Fisioterapia e Reabilitação

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	8	17.466,80	13.693,10
Subsídios, doações e legados à exploração	9, 12.10	183,59	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	10	1.080,32	1.110,08
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	653,90	770,08
Fornecimentos e serviços externos	12.11	11.865,57	11.002,87
Gastos com o pessoal	10	20.572,30	19.663,94
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.2	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	12.12	0,00	0,00
Outros rendimentos	12.13	2.165,80	2.165,80
Outros gastos	12.14	795,02	1.500,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-12.990,28	-15.967,91
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	5.126,76	4.913,14
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-18.117,04	-20.881,05
Juros e rendimentos similares obtidos	12.15	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	6, 12.15	0,00	0,00
Resultados antes de impostos		-18.117,04	-20.881,05
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-18.117,04	-20.881,05

Mesa Administrativa

Contabilista Certificado



[Handwritten signature]

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE CASTANHEIRA DE PERA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte: 501163140

Moeda: EUROS

VALÊNCIA: 900406 - PEA_Cantinas Sociais

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	8	0,00	0,00
Subsídios, doações e legados à exploração	9, 12.10	6.050,00	9.650,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	10	360,74	422,54
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	3.197,69	5.881,82
Fornecimentos e serviços externos	12.11	1.017,19	896,92
Gastos com o pessoal	10	3.571,66	4.324,92
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.2	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	12.12	0,00	0,00
Outros rendimentos	12.13	0,00	0,00
Outros gastos	12.14	0,00	0,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-1.375,80	-1.031,12
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-1.375,80	-1.031,12
Juros e rendimentos similares obtidos	12.15	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	6, 12.15	0,00	0,00
Resultados antes de impostos		-1.375,80	-1.031,12
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-1.375,80	-1.031,12

Mesa Administrativa

Contabilista Certificado



[Handwritten signature]

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE CASTANHEIRA DE PERA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte: 501163140

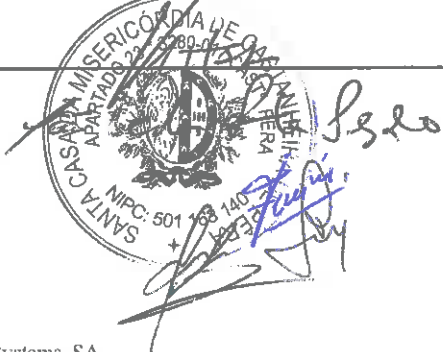
Moeda: EUROS

VALÊNCIA: 9004048 - Cap.Inclusão-POISE-03-4230FSE-000247

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	8	0,00	0,00
Subsídios, doações e legados à exploração	9, 12.10	28.080,13	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	10	59,64	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	12.11	15.035,96	0,00
Gastos com o pessoal	10	7.295,06	0,00
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.2	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	12.12	0,00	0,00
Outros rendimentos	12.13	0,00	0,00
Outros gastos	12.14	5.749,11	0,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		59,64	0,00
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		59,64	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos	12.15	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	6, 12.15	0,00	0,00
Resultados antes de impostos		59,64	0,00
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		59,64	0,00

Mesa Administrativa

Contabilista Certificado



[Handwritten signature]

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE CASTANHEIRA DE PERA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2018	2017
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		639.845,38	601.871,50
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		371.006,00	331.019,44
Pagamentos ao pessoal	10	717.529,52	669.807,29
Caixa gerada pelas operações	10	-448.690,14	-398.955,23
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-30.828,00	-27.803,00
Outros recebimentos/pagamentos		419.093,26	465.556,76
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-60.424,88	38.798,53
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	4	52.420,68	15.785,08
Ativos intangíveis	5	0,00	0,00
Investimentos financeiros	12.1	56,25	36,90
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		21.529,91	1.147,21
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		795,20	111,20
Outros ativos		10.552,95	9.840,72
Subsídios ao investimento	12.6	0,00	49.665,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-19.598,87	44.942,15
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	6	20.769,64	21.786,90
Juros e gastos similares	6	1.459,04	1.925,28
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-22.228,68	-23.712,18
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-102.252,43	60.028,50
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		145.244,12	85.215,62
Caixa e seus equivalentes no fim do período		42.991,69	145.244,12



Contabilista Certificado

[Handwritten signature]

MAPA DE CONTROLO DO(S) SUBSÍDIO(S) PARA INVESTIMENTO(S)
ANEXO OBRIGATORIO

CG

Conta de Redução das Entidades Verificadas de Solidariedade Social

ANO: 2018
NRS: 20010169006
NIPC: 501163140

CONTAS	DESCRIÇÕES	ANO INÍCIO UTILIZAÇÃO	VALOR TOTAL POR ANTIQUIDADE	TAXA DE AMORTIZ.	VALORES ANUAIS DAS REDUÇÕES E DAS AMORTIZAÇÕES					SALDO VALOR LÍQ. ANO N-1	MOVIMENTOS NO ANO					SALDO VALOR LÍQ. ANO N
					2018	2017	2016	2015	2014		4. PERDA	5. GANHO	6. PERDA	7. GANHO		
593	SUBSÍDIOS															
59315	Div.Eq._PRODER12_Comp.Comunitária (80%)	2012	56.595,47		9.386,88	9.386,88	9.386,88	9.386,88	16.870,52							0,00
593151	Div.Eq._PRODER12_Comp.Comunitária (80%)				9.386,88			3.741,83		9.386,88						7.483,64
593152	Div.Eq._PRODER12_Comp.Nacional (20%)	2012	14.646,87		2.346,72	2.346,72	2.346,72	2.346,72	4.217,63							1.870,91
593152	Div.Eq._PRODER12_Comp.Nacional (20%)				2.346,72			935,46		2.346,72						
	TOTAL SUBSÍDIO		73.244,34		11.733,60	11.733,60	11.733,60	11.733,60	21.088,15	11.733,60	0,00	0,00	0,00	0,00		9.354,55
4	INVESTIMENTO															
4333	Eq.Básico - Div.Equip._PRODER-SAD	2012	726,00	100,00%	726,00	0,00	0,00	0,00	0,00							0,00
	Eq.Básico - Lavand.PRODER - Lar S.José	2013	16.501,50	100,00%	2.112,69	2.112,69	2.112,69	2.112,69	6.338,05							4.225,36
	Eq. Básico - Coz. PRODER - SAD	2013	11.066,46	100,00%	1.383,31	1.383,31	1.383,31	1.383,31	4.149,91							2.766,60
	Eq.Básico - Coz. PRODER - Lar S.José	2013	22.003,30	100,00%	2.750,41	2.750,41	2.750,41	2.750,41	8.251,25							5.500,84
	Eq.Transporte - PRODER - SAD (Aguls.2013)	2014	47.042,07	100,00%	9.408,41	9.408,41	9.408,41	9.408,43	9.408,43							0,00
	TOTAL DO INVESTIMENTO		97.739,33		15.654,82	15.654,82	15.654,82	15.654,84	26.147,64							12.492,80
593	SUBSÍDIOS															
59316	Div.Eq._PRODER13_Comp.Comunitária (80%)	2013*	51.648,62		3.373,87	3.373,87	3.373,87	3.373,87	36.512,68	3.373,86						33.138,82
593161	Div.Eq._PRODER13_Comp.Comunitária (80%)	2015			3.373,86											
593162	Div.Eq._PRODER13_Comp.Nacional (20%)	2013*	13.162,16		843,47	843,46	843,46	843,46	9.120,17	843,47						6.284,70
593162	Div.Eq._PRODER13_Comp.Nacional (20%)	2015			843,47											
	TOTAL SUBSÍDIO		65.810,78		4.217,33	4.217,33	4.217,33	4.217,33	45.640,85	4.217,33	0,00	0,00	0,00	0,00		41.423,52
4	INVESTIMENTO															
4333	Eq. Bás. - RUB.75_PRODER-Lares S. José + S.Dom	2015	32.562,15		651,24	651,24	651,24	651,24	31.910,91							31.259,67
	Eq. Básico - RUB.75_PRODER - Lar S.José	2013	4.477,20		559,65	559,65	559,65	559,65	3.357,90							2.798,25
	Eq. Básico - RUB.65_PRODER - Lar S.José	2013	20.350,42		407,01	407,01	407,01	407,01	19.536,40							19.129,39
	Eq. Básico - RUB.124_PRODER - Lar S.José	2013	36.250,52		4.531,38	4.531,38	4.531,38	4.531,38	27.188,16							22.656,78
	TOTAL SUBSÍDIO		93.640,69		6.149,28	6.149,28	6.149,28	6.149,28	81.993,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		75.844,09
593	SUBSÍDIOS															
59317	Equip.Centro Fisiot.Reab.-U.Freg.CastPera e Coentral	2016	10.000,00		1.666,00	1.666,00	1.666,00		6.668,00	1.666,00						5.002,00
593171	Equip.Centro Fisiot.Reab.-U.Freg.CastPera e Coentral				1.666,00											
593172	Equip.Centro Fisiot.Reab.-Município Cast.Pera	2016	3.000,00		499,80	499,80	499,80		2.000,40	499,80						1.500,60
593172	Equip.Centro Fisiot.Reab.-Município Cast.Pera				499,80											
	TOTAL SUBSÍDIO		13.000,00		2.165,80	2.165,80	2.165,80	0,00	8.668,40	2.165,80	0,00	0,00	0,00	0,00		6.502,60
4	INVESTIMENTO															
4333	Eq. Básico - Div.Equip.Centro Fisiot.e Reabilit.	2016	15.980,53		2.661,86	2.661,86	2.661,86		10.656,81							7.994,95
	TOTAL DO INVESTIMENTO		15.980,53		2.661,86	2.661,86	2.661,86	0,00	10.656,81							7.994,95

e+f+g=<h+I+J

Assinatura

MISERICÓRDIA DE CASTELHANA
Município de Cast. Pera
NIPC: 501163140
Assinatura

Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS 2017

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais							Total dos Fundos Patrimoniais		
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período		Total	Interesses minoritários
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	1	650.077,38			499.962,43	728.189,50	204.679,26	(98.754,23)	1.984.154,34		1.984.154,34
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adopção de novo regime contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis					19.420,00	(19.420,00)					
Excedente de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis					(98.754,23)						
Ajustamentos por impostos diferidos					(79.354,23)	(19.420,00)					
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2						22.001,87				22.001,87
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3										
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3										(27.273,97)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos											
Subsídios, doações e legados											
Outras operações											(5.273,10)
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2017	5	650.077,38			420.628,20	708.769,50	226.681,13	(27.273,97)	1.978.882,24		1.978.882,24

Castanheira de Pera, 1 de Março 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

[Assinatura]

A MESA ADMINISTRATIVA



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2018

Unidade Monetária: Euros

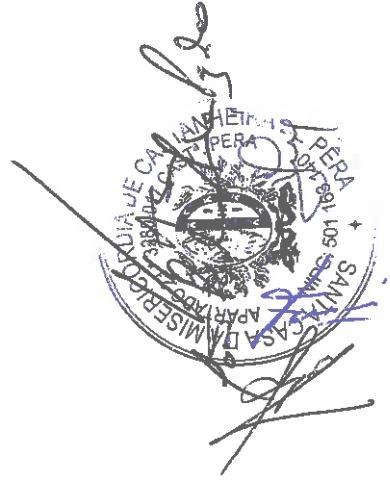
DESCRICAÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais						Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos /Outras variações nos fundos patrimoniais			
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	6	850.077,38	-	-	420.628,20	708.769,50	226.681,19	(27.273,97)	-	1.978.882,24
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	12.5									
Primeira adopção de novo referencial contabilístico										
Alterações de políticas contabilísticas										
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras					19.420,00	(19.420,00)				
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis										
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis										
Ajustamentos por impostos diferidos					(27.273,97)					
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					(7.853,97)	(19.420,00)				
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	7									
	8									
	9=7+8									
RESULTADO INTEGRAL	12.6									
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO										
Fundos										
Subsídios, doações e legados										
Distribuições										
Outras operações										
POSICÃO NO FIM DO ANO 2018	10	650.077,38	-	-	412.774,23	689.349,50	205.131,16	(73.544,09)	-	1.883.788,18
	6+7+8+10									

Castanheira de Pera, 1 de Março 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A. F. ...

A MESA ADMINISTRATIVA



A
D.
7/12/18
[Signature]

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE CASTANHEIRA DE PERA

Anexo

31 de dezembro de 2018

Índice

1	Identificação da Entidade.....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	5
3.3	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	9
4	Ativos Fixos Tangíveis.....	9
5	Ativos Intangíveis	11
6	Custos de Empréstimos Obtidos	11
7	Inventários	12
8	Rédito	12
9	Subsídios do Governo e apoios do Governo	12
10	Benefícios dos empregados	13
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	14
12	Outras Informações.....	14
12.1	Investimentos Financeiros	14
12.2	Créditos a Receber	14
12.3	Outras Ativos Correntes.....	15
12.4	Diferimentos	15
12.5	Caixa e Depósitos Bancários	15
12.6	Fundos Patrimoniais.....	16
12.7	Fornecedores	16
12.8	Estado e Outros Entes Públicos.....	16
12.9	Outros Passivos Correntes	17
12.10	Subsídios, doações e legados à exploração	17
12.11	Fornecimentos e serviços externos.....	17
12.12	Aumentos/Reduções de justo valor.....	18
12.13	Outros rendimentos.....	18
12.14	Outros gastos	18
12.15	Resultados Financeiros.....	19
12.16	Acontecimentos após data de Balanço	19
12.17	Outras Considerações	20

O presente Anexo, relativo ao período de 2018, procede à compilação das divulgações que a Instituição considera que devem ser relatadas, face ao exigido pelo normativo que lhe é aplicável, designadamente as NCRF-ESNL.

1 Identificação da Entidade

Designação da Entidade: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CASTANHEIRA DE PERA

Sede Social: Praça Visconde de Nova Granada, Castanheira de Pera.

NIPC: 501 163 140

Atividade Principal: Apoio social para pessoas idosas, com alojamento.

Endereço Eletrónico: geral@scmcp.pt

Natureza/Constituição: Instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Misericórdia e com estatutos publicados no Diário da República nº 260 de 11-11-1989, Série III. Efetuado registo de alteração de Estatutos, lavrado pelo averbamento nº 2 à inscrição nº 10/89, a fls. 79 e 126 verso do livro nº 2 das Irmandades da Misericórdia, considerando-se efetuado a 01/02/2016.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), aprovada pelo Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de julho (alterado e clarificado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho). O Anexo I refere que o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo assimila a transposição da Diretiva nº 2013/34/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013. Os instrumentos que o compõe são os seguintes:

- Bases para a apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria 220/2015 de 24 de julho que revogou a portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria 218/2015 de 23 de julho, que revogou a portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho, que substituiu o nº 6726-B/2011, de 14 de março;

- Normas Interpretativas (NI).

O Sistema de Normalização Contabilístico (SNC) é um modelo assente mais em princípios do que em regras explícitas e que se pretende em sintonia com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), normas essas adotadas pela União Europeia.

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que a data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 do já revogado aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março - Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Pressuposto da Continuidade:

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e Credores por Acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na sua natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras, podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente, em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção

inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condições necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Para alguns bens, nomeadamente o edifício sede - lar S. José, é utilizado o método do justo valor, através de relatórios de peritos avaliadores independentes, elaborados durante o ano 2012, para o efeito.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	5 a 8
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	5 a 6
Outros Ativos fixos tangíveis	8 a 50

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados, nas rubricas "Outros Rendimentos" ou "Outros Gastos".

Propriedades de Investimento

As designadas propriedades de investimento (terrenos e edifícios) são reconhecidas, a partir de 1 de janeiro de 2016, como ativos fixos tangíveis (parágrafo 7.5 do Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho).

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

O critério utilizado é o custo de aquisição ou o valor doado (justo valor).

As despesas com manutenção, reparação, seguros, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto, as benfeitorias que, previsionalmente venham a gerar benefícios económicos futuros, acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3 Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros são registados pelo método do custo.

3.2.4 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o FIFO (first in, first out).

Procedeu-se, durante o ano 2018, à regularização de inventários doados, estes foram valorizados ao preço de mercado (justo valor).

3.2.5 Subsídios

Subsídios monetários: quantia nominal;

Subsídios não monetários: justo valor do ativo não monetário (ou pela quantia nominal, quando o justo valor não possa ser determinado com fiabilidade).

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de ativos fixos tangíveis, estão incluídos no item de “Outras Variações Patrimoniais”. São transferidos para resultados numa base sistemática e à medida que decorrer o respetivo período de depreciação.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Créditos a Receber e Outros Ativos Correntes

Os “Créditos a Receber” e as “Outros Ativos Correntes” encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, retratando, desta forma, o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e o respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e Depósitos Bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e Outros Passivos Correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros Passivos Correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.8 Financiamentos Obtidos

Empréstimos Obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e Gastos Similares Suportados".

3.2.9 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- ...
- As Instituições Particulares de Solidariedade Social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- ...

3.3 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

Os edifícios e terrenos, objeto de avaliação de peritos avaliadores independentes, passaram a ser valorizados, desde a adoção do SNC, ao justo valor.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2017					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências /Correções	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	8.941,26					8.941,26
Ed. e outras construções	2.263.834,90	444,03				2.264.278,93
Equipamento básico	601.100,47	5.607,37	625,00			606.082,84
Equipamento de transporte	146.490,21	13.700,00	28.634,63			131.555,58
Equipamento administrativo	111.735,85	3.577,48	12.649,55			102.663,78
Outros Ativos fixos tangíveis	30.826,68					30.826,68
Total	3.162.929,37	23.328,88	41.909,18	0,00	0,00	3.144.349,07
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edif. e outras construções	287.695,88	38.823,76		-2.613,97		323.905,67
Equipamento básico	491.070,89	21.502,01	625,00			511.947,90
Equipamento de transporte	124.373,37	15.448,41	28.634,63			111.187,15
Equipamento administrativo	104.102,59	2.512,70	12.649,55			93.965,74
Outros Ativos fixos tangíveis	3.391,34	1.769,26				5.160,60
Total	1.010.634,07	80.056,14	41.909,18	-2.613,97	0,00	1.046.167,06

Descrição	2018					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	8.941,26		25,77			8.915,49
Ed. e outras construções	2.264.278,93					2.264.278,93
Equipamento básico	606.082,84	2.912,29	61.404,47			547.590,66
Equipamento de transporte	131.555,58	46.852,00				178.407,58
Equipamento administrativo	102.663,78					102.663,78
Outros Ativos fixos tangíveis	30.826,68					30.826,68
Total	3.144.349,07	49.764,29	61.430,24	0,00	0,00	3.132.683,12
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Ed.e outras construções	323.905,67	38.823,76				362.729,43
Equipamento básico	511.947,90	21.833,32	61.404,47			472.376,75
Equipamento de transporte	111.187,15	12.148,43				123.335,58
Equipamento administrativo	93.965,74	2.513,12				96.478,86
Outros Ativos fixos tangíveis	5.160,60	1.769,26				6.929,86
Total	1.046.167,06	77.087,89	61.404,47	0,00	0,00	1.061.850,48

O investimento efetuado durante o ano 2018 foi o básico e estritamente necessário para o bom e normal funcionamento dos serviços prestados.

Após a atribuição, em 2017, do 1º lugar na candidatura ao Prémio BPI Sénior, a Misericórdia adquiriu, de acordo com o projeto apresentado e com o financiamento obtido, uma unidade móvel de saúde.

Ainda durante o ano 2018, procedendo-se ao levantamento de algum equipamento obsoleto e/ou sem uso, realizando-se os respetivos abates.

5 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2017					
	Saldo Inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Prog. de Computador	9.556,73					9.556,73
Total	9.556,73	0,00	0,00	0,00	0,00	9.556,73
Depreciações acumuladas						
Prog. de Computador	9.556,73					9.556,73
Total	9.556,73	0,00	0,00	0,00	0,00	9.556,73
Descrição	2018					
	Saldo Inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Prog. de Computador	9.556,73					9.556,73
Total	9.556,73	0,00	0,00	0,00	0,00	9.556,73
Depreciações acumuladas						
Prog. de Computador	9.556,73					9.556,73
Total	9.556,73	0,00	0,00	0,00	0,00	9.556,73

6 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2018			2017		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	17.630,00	111.478,39	129.108,39	17.600,00	129.097,35	146.697,35
Locações Financeiras	3.056,20	5.000,26	8.056,46	3.180,69	8.056,45	11.237,14
Total	20.686,20	116.478,65	137.164,85	20.780,69	137.153,80	157.934,49

O referido empréstimo bancário foi concedido em 2006, pelo prazo de 20 anos. O propósito da sua constituição foi o financiamento da obra "Lar de Idosos S. Domingos".

Por um período de 5 anos e com início em 2017, efetuou-se um contrato de locação financeira, cujo objeto de financiamento é um veículo de 2 lugares.

Um dos elementos essenciais na contratação de um empréstimo são as garantias oferecidas à entidade financeira. Em ambos os casos, as garantias prestadas aquando da realização dos referidos empréstimos e em consonância com informação do Banco de Portugal, são garantias reais, ou seja, o pagamento das dívidas é garantido através de bens imóveis (embora conserve a posse do bem, a Instituição só readquire a propriedade plena do bem após a quitação integral da dívida).

7 Inventários

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2017			2018			
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mat. Primas Subs. Cons.	11.869,76	170.789,60	4.885,99	11.282,99	178.821,48	2.302,12	10.426,88
Total	11.869,76	170.789,60	4.885,99	11.282,99	0,00	0,00	10.426,88
CMVMC				176.262,36			181.979,35

O aumento registado no custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas é fruto de um aumento no consumo de material clínico.

À semelhança de anos anteriores é realizada uma renegociação de preços com os fornecedores, procurando sempre conjugar o preço e a qualidade.

Em ambos os anos procedeu-se ao pedido de restituição de 50% do IVA suportado com a aquisição de bens alimentares e bebidas.

8 Rédito

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2018	2017
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	613.404,78	572.959,21
Quotas e joias	1.743,00	1.598,50
Juros	111,20	111,20
Dividendos	684,00	0,00
Total	615.942,98	574.668,91

Verifica-se uma variação positiva nos valores de "Quotas de Utilizadores", este fato deve-se essencialmente a:

- Atualizações de mensalidades no início do ano nas respostas sociais de SAD (Serviço de Apoio Domiciliário), Centro de Dia e nas ERPI's (Estruturas Residenciais para Idosos);
- Aumento da frequência média de utentes em SAD;
- Uma rotatividade de clientes nas diversas respostas sociais.

Os dividendos recebidos no 2018 dizem respeito à detenção de uma carteira de títulos depositada no banco Montepio.

9 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2018	2017
Subsídios do Governo		
Comparticipações Financeiras – ISS, IP	411.891,51	402.075,61
Sub. Eventuais – Sub. Funeral -ISS	0,00	4.175,79
Outras Entidades - EOEP	62.177,32	20.237,79
IEFP	32.768,79	18.507,09
EOEP - Outras	29.408,23	1.730,70
Total	474.068,91	426.489,19

O aumento em “Subsídios do Governo – Participações Financeiras – ISS, IP” deriva das atualizações das participações da Segurança Social para as respostas sociais com protocolo e do aumento da frequência média de clientes na resposta social de SAD.

Consequência de atividades/ projetos financiados pelo POISE (Programa Operacional Inclusão Social e Emprego) e pelo POAPMC (Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas), a rubrica “Subsídios do Governo – O. Entidades – EOEP” apresenta uma variação positiva.

10 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos sociais, nos períodos de 2017 e 2018, manteve-se em 18.

Os órgãos diretivos não usufruem de quaisquer remunerações.

O número de pessoas ao serviço da Entidade a 31/12/2017 foi de 62 e a 31/12/2018 foi de 69.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações aos Orgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	633.268,02	621.205,07
Encargos sobre as Remunerações	131.850,13	120.673,23
Seguros de Acidentes Trab. e Doenças Profis.	9.115,22	7.203,24
Outros Gastos com o Pessoal	1.844,12	2.150,13
O. Pessoal	35.615,86	17.719,79
Total	811.693,35	768.951,46

A variação ocorrida nos valores de “Remunerações ao Pessoal” deve-se:

- Aos aumentos que decorrem da aplicação da legislação em vigor e que abrangem grande parte dos funcionários: atualização do salário mínimo nacional e progressões nas carreiras dos funcionários;

- Aos valores apurados na previsão de férias e subsídio de férias relativos a 2018 a pagar em 2019, o cálculo efetuado teve em conta as atualizações salariais ocorridas já em 2019 (aumento do SMN);

Para os restantes funcionários, que não estão abrangidos pelo SMN, não houve quaisquer atualizações salariais, a não ser as que decorrem do tempo efetivo de serviço prestado.

A diferença no número de funcionários ao serviço da Instituição é consequência de baixas durante o ano 2018, da rotatividade do pessoal e do acréscimo de trabalho prestado. Nas contratações, manteve-se o critério de contratação de pessoal através do recurso ao IEFP.

A rubrica “Outro Pessoal” inclui os contratos de emprego inserção, estágios profissionais e estágios emprego. A 31 de dezembro de 2018 beneficiávamos de 1 contrato de emprego inserção, 3 estágios inserção e 4 estágios profissionais.

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas para 2018 e 2017 foram de 4.280,40€ e 3.505,50 €, respetivamente.

Os Corpos Gerentes da Instituição são: Assembleia Geral, Mesa Administrativa e o Conselho Fiscal, constituídos por irmãos no pleno uso dos seus direitos. O atual mandato, de acordo com o novo Compromisso, terá a duração de quatro anos (2017-2020).

Os referidos membros não são remunerados.

12 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2018	2017
Outros investimentos financeiros	16.032,47	16.391,35
Total	16.032,47	16.391,35

Os valores apresentados correspondem à soma dos saldos das contas de "Investimentos Financeiros" e de "Ativos Não Correntes Detidos para Venda". A variação registada deve-se a valorizações dos investimentos financeiros (títulos), ao contributo mensal para o FCT (fundo compensação do trabalho) e ao pedido de reembolso efetuado a este mesmo Fundo.

12.2 Créditos a Receber

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica "Créditos a Receber" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2018	2017
Clientes e Utentes c/c		
Utentes	31.135,45	28.470,27
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes	8.183,73	8.183,73
Total	39.319,18	36.654,00

Nos períodos de 2018 e 2017 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2018	2017
Utentes	-8.183,73	-8.183,73
Total	-8.183,73	-8.183,73

12.3 Outros Ativos Correntes

A rubrica “Outras Ativos Correntes” tinha, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Outros Devedores e O. Financiadores	137.126,17	13.259,36
Total	137.126,17	13.259,36

Esta rubrica diz respeito a valores a receber de: “Outras Entidades” (despesas extra mensalidade de utentes) e de “Outros Financiadores - Estado e Outras Entidades Oficiais (ISS, IEFP, POISE e POAPMC)”.

A oscilação de valores apresentada deve-se, essencialmente, à aprovação da candidatura, no âmbito do POISE, para a execução da medida 3.05 – Capacitação para a Inclusão.

12.4 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Gastos a Reconhecer		
Seguros Diversos	6.008,48	5.506,24
O. Gastos de Funcionamento	499,83	1.624,88
Total	6.508,32	7.131,12
Rendimentos a Reconhecer		
IEFP	18.985,60	5.049,82
POAPMC	797,04	0,00
POISE Cap. Inclusão 3.05	88.919,86	0,00
Total	108.702,50	5.049,82

12.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2018	2017
Caixa	678,00	315,17
Depósitos à ordem	42.313,69	144.928,95
Total	42.991,69	145.244,12

12.6 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	650.077,38	0,00	0,00	650.077,38
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	420.628,20	19.420,00	-27.273,97	412.774,23
Excedentes de revalorização	708.769,50	0,00	-19.420,00	689.349,50
Outras variações nos fundos patrimoniais	226.681,13	1.039,20	-22.589,17	205.131,16
Total	2.006.156,21	20.459,20	-69.283,14	1.957.332,27

As diminuições registadas dizem respeito à transferência do resultado líquido negativo de 2017 para "Resultados Transitados", ao tratamento dado aos subsídios de investimento, doações e excedentes de revalorização (nota 3.2.5) e à contabilização de abates de bens doados cujo rendimento não foi reconhecido na proporção das depreciações efetuadas.

A variação positiva ocorrida nos "Resultados Transitados" é consequência do tratamento a dar aos excedentes de revalorização (transferência para resultados transitados à medida que o ativo for sendo usado pela entidade).

O aumento nas "O. Variações nos Fundos Patrimoniais" diz respeito à contabilização do equipamento doado pela Fundação Calouste Gulbenkian.

12.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	64.940,98	54.446,35
Total	64.940,98	54.446,35

12.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Imposto s/o Valor Acrescentado (IVA) Restituição	2.817,36	3.278,23
Total	2.817,36	3.278,23
Passivo		
Imposto s/ Rendim. das Pessoas Singulares (IRS)	3.782,00	3.583,00
Segurança Social	27.140,28	24.939,35
Fundo Compensação Trabalho	80,76	67,70
Total	31.003,04	28.590,05

A rubrica de ativo corrente – "E.O.E.P. – IVA – Restituição" inclui:

- 50 % do IVA suportado nas aquisições de bens de alimentação e bebidas (em ambos os anos);
- 50 % do IVA suportado com a realização de obras e com a conservação e reparação de alguns equipamentos. Este valor diminui consequência de um menor investimento em obras durante o ano 2018;

= IVA suportado, em ambos os anos, com a aquisição de AFT (ativos fixos tangíveis), até ao limite de 1.150,00 € (50% do limite legal).

12.9 Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outros Passivos Correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
	Corrente	Corrente
Pessoal	360,98	148,12
Remunerações a pagar	305,64	55,38
Sindicatos	55,34	92,74
Fornecedores de Investimentos	0,00	3.502,40
Credores por acréscimo de gastos	113.169,78	114.529,75
Outros credores	6.266,28	8.576,36
Total	119.797,04	126.756,63

A rubrica "credores por acréscimo de gastos" regista a contrapartida dos rendimentos e dos gastos que devam ser reconhecidos no próprio período, cuja receita ou despesa só venha a ocorrer em períodos posteriores (remunerações a liquidar: férias e subsídio de férias, juros, gastos de eletricidade e comunicação, etc).

12.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2018 e 2017, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2018	2017
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	474.068,91	426.489,19
Doações e Heranças	1.956,97	65.919,63
Total	476.025,88	492.408,82

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 9.

As "Doações e Heranças" registam uma diminuição significativa, influenciando assim a variação negativa dos resultados líquidos do período de 2017 para 2018.

12.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Serviços especializados	83.699,62	55.957,17
Materiais	10.264,50	7.050,25
Energia e fluidos	77.174,57	75.498,61
Deslocações, estadas e transportes	955,04	1.756,71
Serviços diversos	12.286,84	12.840,79
Encargos com os utentes	4.731,17	7.381,95
Total	189.111,74	160.485,48

O valor de “serviços especializados” reflete, um aumento de contratações de serviços no âmbito da tipologia 3.05 – capacitação para a inclusão (POISE), a realização de trabalhos de “conservação e reparação” em diversos equipamentos da lavanderia e cozinha e a contratação de serviços de uma nutricionista. Associado aos trabalhos de conservação e reparação verifica-se igualmente um acréscimo na aquisição de materiais (ferramentas e utensílios).

As diminuições nas rubricas “deslocações, estadas e transportes” e “ encargos com os utentes” são consequência do auxílio prestado pela Misericórdia após o incêndio de 17-06-17.

12.12 Aumentos/Reduções de justo valor

Descrição	2018	2017
Perdas por redução de justo valor	1.600,83	184,52
Total	1.600,83	184,52
Ganhos por aumento de justo valor	1.302,89	3.438,62
Total	1.302,89	3.438,62

Os valores referidos espelham as valorizações dos títulos/ações depositadas no banco Montepio.

12.13 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Rendimentos Suplementares	2.330,86	1.294,07
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,20	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	32.229,43	20.732,20
Outros rendimentos	24.779,41	35.529,93
Total	59.339,90	57.556,20

Os “Rendimentos em investimentos não financeiros” incluem, em 2018, rendas de alguns imóveis não afetos à atividade da Misericórdia, a alienação de um prédio urbano e rústico e a indemnização, paga pelo seguro, para cobertura de parte dos prejuízos, causados por uma intempérie, no nosso elevador da ERPI S. José.

A variação nos “Outros Rendimentos” deve-se à diminuição de “Correções Relativas a Períodos Anteriores”.

12.14 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	834,91	1.801,03
Incobráveis	154,83	1.138,75
Gastos nos restantes investimentos financeiros	56,25	36,90
Gastos em investimentos não financeiros	2.564,55	4.884,51
Outros Gastos	1.289,67	6.092,46
Gastos c/apoios financeiros concedidos	5.749,11	955,61
Total	10.649,32	14.909,26

Em ambos os anos, os valores registados nas rubricas de “Gastos em investimentos não financeiros” são consequência da contabilização de prejuízos causados por sinistros.

A variação em “Outros gastos” deve-se ao valor de um donativo em espécie, no ano 2017, com contrapartida na conta 753 – Doações e heranças, a Misericórdia foi meramente intermediária do referido donativo.

Os “Gastos c/ apoios financeiros concedidos” refletem, em 2018, os encargos com os formandos no âmbito dos cursos integrados na medida 3.05 - Capacitação para Inclusão (POISE).

12.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	729,93	906,90
Outros gastos e perdas de financiamento	725,65	1.012,19
Total	1.455,58	1.919,09
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	111,20	111,20
Dividendos obtidos	684,00	0,00
Total	795,20	111,20
Resultados Financeiros	-660,38	-1.807,89

Os juros e gastos similares suportados têm origem no empréstimo bancário e nas locações financeiras mencionados na nota n.º 6.

12.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Após o encerramento do período e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

12.17 Outras Considerações

Proposta de Aplicação de Resultados

Propõe-se a transferência do resultado líquido do exercício no montante de -73.544,09 para a conta de Resultados Transitados.

Castanheira de Pera, 8 de março de 2018

O Contabilista Certificado (nº 83671)



A Mesa Administrativa



Stamp: SANTA CASA DA MISERICORDIA DE CASTANHEIRA DE PERA, APARTADO 23, NIPC: 501163140. Includes handwritten signatures and dates.

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 2.345.397 € e um total de fundos patrimoniais 1.883.788 €, incluindo um resultado líquido negativo de 73.544 €), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa, a demonstração de resultados por natureza e resposta social e a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidade do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ✓ preparação de demonstrações financeiras de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização;
- ✓ elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentais aplicáveis;

- ✓ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- ✓ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ✓ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das operações.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ✓ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ✓ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo da Entidade;
- ✓ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- ✓ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada

com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- ✓ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- ✓ comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as lei e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Coimbra, 27 de março de 2019

José Oliveira & Sandra Simões, SROC, Lda- SROC nº 332

Representada pela Dr^a Sandra Maria de Almeida Simões ROC nº 1249



Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera

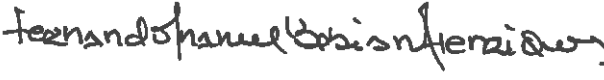
PARECER DO CONSELHO FISCAL

---Aos seis dias do mês de março de dois mil e dezanove, reuniu o Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera, para apreciar e dar o seu parecer sobre as contas do exercício de dois mil e dezoito, elaboradas segundo o SNC-ESNL.-
---Porque este Conselho foi acompanhando, ao longo do ano, a vida da Instituição através de contatos pessoais com alguns elementos da Direção e Pessoal Técnico e depois de examinados todos os balancetes mensais de contabilidade e porque o processo final se apresenta dentro do que é exigido por Lei.-----
---Propomos à digníssima Assembleia que aprove o Balanço e as contas referentes ao exercício de dois mil e dezoito, bem como a transferência dos Resultados para a conta Resultados Transitados.-----
---Finalmente o Conselho Fiscal deseja manifestar o seu agradecimento à Direção e a todos os colaboradores desta Instituição pelo apoio que de todos recebeu durante o exercício de 2018.-----

O Conselho Fiscal


Armindo Lopes dos Santos (Presidente)


Carla Inês Tavares Correia (Vogal)


Fernando Manuel Bebiano Henriques (Vogal)

mil e dezoito, este Conselho Fiscal concluiu por ser
favorável e propôr a Assembléa que na reunião
convocada para o próximo dia Trinta de Novembro de dois
mil e dezoito, aprovar o Plano de Atividades e Orçamento
para o ano de dois mil e dezoito.

E não havendo mais nada a tratar ou a decidir pelas
dezanove horas e trinta minutos, foi dada por encerrada
esta sessão da qual se lavrou a presente Ata que depois
de lida e aprovada foi por assinada por todos os membros
do Conselho Fiscal.

Américo Lopes dos Santos
Fidelis Faria Soares
Fernando Manuel Debiano Henriques

Ata Número Cento e Cinco

— Nos seis dias do mês de Março do ano de dois mil e
dezanove, pelas dezoito horas, reuniu o Conselho Fiscal da Santa
Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera, na sede desta
Instituição, com a presença de todos os seus membros: Presidente
Américo Lopes dos Santos e os vogais Paula Trés Tavares Correia (Dr.ª)
e Fernando Manuel Debiano Henriques, para dar cumprimento ao
estipulado nos seus Estatutos e com o objetivo de analisar as
contas relativas ao quarto trimestre do ano de dois mil e
dezoito, apensar e dar o parecer sobre as contas do mesmo período.

— Tricaram-se de imediato os trabalhos verificando-se os
documentos que nos foram colocados à disposição pelos serviços
de contabilidade da Santa Casa, relativos ao período acima indicado.

— Procedeu-se a análise das contas e solicitados esclarecimentos
e informações convenientes para o exercício das nossas funções e
deixou-se a tomar nesta reunião.

— Registámos com agrado que os nossos pedidos de esclarecimentos
e informações foram prontamente satisfeitos pelos serviços de

contabilidade da Santa Casa e permitiram concluir estas tudo em
ordem, pelo este Conselho Fiscal dá o seu parecer favorável e
propõe a digníssima assembleia a realizar no próximo dia
vinte e nove de Março do ano de dois mil e dezanove jejum afora
as contas referentes ao período findo em Trinta e um de Dezembro
do ano de dois mil e dezoito.

—E não havendo mais nada a tratar ou a decidir, pelas vinte
horas, foi dada por encerrada esta sessão na qual se leram a
presente ata que depois de lida e aprovada vái por assinada por
todos os membros do Conselho Fiscal.

Américo Lopes dos Santos
João Carlos Gonçalves
Fernando Manuel Sobrinho Fernandes

~~XXXXXXXXXX~~

ATA N.º 3

Ata da Assembleia-Geral Ordinária da Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera, realizada no dia vinte nove de março do ano dois mil e dezanove, às dezasseis horas, na sede da Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera, conforme convocatória feita pelo presidente da Mesa da Assembleia-Geral, Senhor José Mário Antão Rodrigues e para efeitos no antigo vigésimo segundo, número dois, alínea b), dos Compromissos da Jurisdição da Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera, (Estatutos), reunir a Assembleia-Geral Ordinária desta Misericórdia com a seguinte ordem de trabalhos;

— PONTO UM; Apreciação e votação do Relatório e Contas de Gerência do Exercício do ano dois mil e dezanove;

— PONTO DOIS; OUTROS ASSUNTOS;

— Iniciada a sessão, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia-Geral, convidou para secretarias o Senhor Vice-Presidente Maximiano José António da Silva e o Senhor secretário efetivo Fernando Manuel da Costa Fernandes,

— Verificando-se a falta de 'Quorum' esta Assembleia-Geral entrou em funcionamento trinta minutos após a sua abertura, conforme o determinado no antigo vigésimo quarto, número um dos Compromissos da Jurisdição da Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera (Estatutos).

— Iniciados os trabalhos, procedeu-se à análise e apreciação do Relatório e Contas de Gerência do exercício de dois mil e dezanove. Usou da palavra o Senhor Provedor Vítor Manuel Henriques Silva, que fez uma breve análise das atividades realizadas no ano transato. Referiu estar tudo bem explanado do Relatório e Contas, mencionou o resultado líquido do exercício negativo no valor de 73.544,09 Euros, de seguida usou da palavra a Contabilista Certificada da Instituição, Senhora Sara Ana Narganda dos Santos Salgueiro, para dar alguns esclarecimentos de algumas rubricas das Contas de Gerência do exercício do ano dois mil e dezanove. Não havendo mais intervenções a fazer e tudo devidamente esclarecido foi deliberado por esta Assembleia-Geral

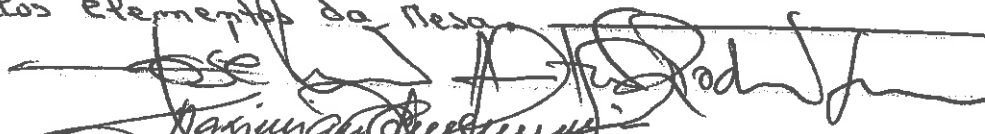
que o resultado líquido do exercício do ano dois mil e dezoito seja transferido para a Conta de "Resultados Transitados".

— O Conselho Fiscal emitiu parecer favorável propondo a esta Assembleia a aprovação do Balanço e Contas referentes ao exercício do ano dois mil e dezoito.

— O Relatório e as Contas de Gestão do ano dois mil e dezoito foram postos à aprovação pelo Senhor Presidente da Assembleia-Geral, José Mário António Rodrigues e aprovados por unanimidade.

— Deu-se início ao ponto dois "Outros Assuntos", usou da palavra o Senhor Provedor Vítor Manuel Henriques Silva, solicitando à Assembleia-Geral, dando cumprimento ao artigo vigésimo primeiro, alínea b) de aprovação de uma proposta de financiamento como empréstimo de médio e longo prazo, sob a forma de Crédito à Atividade - Empresas (Conta corrente Cauçionada), que a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Beira-Meira de Pera pretende negociar no montante global de Quarenta Mil Euros, com vista a suprir as necessidades de tesouraria, tendo o Conselho Fiscal já emitido parecer favorável, Esclarecidas todas as dúvidas do referido assunto, este foi posto à votação pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia-Geral e foi aprovado por unanimidade.

— Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos elementos da Mesa.


António Rodrigues
Fernando Paulo Costa Fernandes